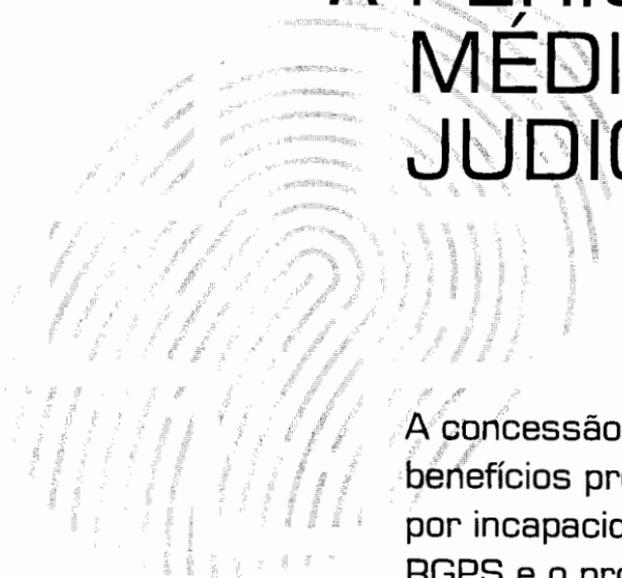




ALAN DA
COSTA
MACEDO



A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL

A concessão de
benefícios previdenciários
por incapacidade no
RGPS e o problema da
fixação da Data de Início
da Incapacidade



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luís Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

M141p

Macedo, Alan da Costa

A perícia médica judicial / Alan da Costa Macedo –
1.ed. – Curitiba: Alteridade, 2022.
208p.: il.; 21,5cm

ISBN 978-65-89533-36-8

1. Perícia médica. 2. Medicina legal. 3. Benefícios
previdenciários por incapacidade. I. Título.

CDD 347.67 (22.ed)

CDU 347.948

Catálogo: Maria Isabel Schiavon Kinasz – Bibliotecária – CRB-9/626
Diagramação e revisão: Know-how Desenvolvimento Editorial
Capa: Paulo Benczik

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO	21
Capítulo 2 – METODOLOGIA	25
Capítulo 3 – REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 Seguridade social; previdência social; benefícios por incapacidade à luz dos direitos humanos; direito à prova justa no processo judicial previdenciário; perícia médica judicial e fixação do início da incapacidade laboral	27
3.1.1 Breve histórico da Previdência Social como pilar da Seguridade Social no mundo e implantação do modelo híbrido no Brasil	27
3.1.2 Reformas da previdência brasileira e déficit fiscal	32
3.1.3 As microrreformas que antecederam a macrorreforma previdenciária decorrente da EC 103/2019	38
3.1.3.1 Da MP 739/2016 à Lei 13.457/2017 e a “alta programada”	38
3.1.3.2 A microrreforma previdenciária realizada pela Lei 13.846/2019	45
3.1.3.2.1 A criação do bônus de desempenho Institucional (BMOB e BPMB) pela Lei 13.846/2019 para servidores que realizarem as avaliações dos dois programas (especial e de revisão).....	49
3.1.4 Os benefícios previdenciários por incapacidade à luz dos direitos humanos	51
3.1.5 Os benefícios previdenciários por incapacidade no atual sistema previdenciário público brasileiro	57

3.2 Teoria geral da prova e os conceitos de prova, de verdade e seus corolários	60
3.2.1 O direito à prova justa como supedâneo do devido processo legal.....	63
3.2.2 O juiz como destinatário da prova, livre convencimento e imparcialidade	67
3.2.3 O conceito de perícia médica e perícia médica judicial	77
3.2.4 A necessidade de proficiente fundamentação do laudo pericial	80
3.2.5 A perícia judicial como meio de prova essencial ao alcance da “verdade possível” no processo judicial	83
3.2.6 A perícia médica e o perito médico judicial	90
3.2.7 A ciência “perícia médica” como um híbrido entre Direito e Medicina e a sua normatividade procedimental.....	93
3.2.8 Perícia médica como ato complexo: perícia direta e indireta x análise direta e indireta.....	96
3.2.9 A simulação em perícias médicas.....	102
3.2.10 A importância da especialização do médico que atua com perícias judiciais em medicina legal e perícias médicas e/ou em medicina do trabalho, ou mesmo que se qualifique a partir de cursos de extensão.....	106
3.2.11 A recente polêmica sobre a eventual possibilidade da teleperícia no processo judicial previdenciário em tempos de urgência.....	120
3.2.12 A perícia médica no processo judicial previdenciário	126
3.2.13 O problema da fixação da data do início da incapacidade nas perícias médicas judiciais.....	134
Capítulo 4 – PESQUISA EMPÍRICA, RESULTADOS E DISCUSSÃO	149
4.1 Análise dos quesitos constantes no Quadro 2.....	152
4.1.1 O contato dos peritos médicos judiciais com as leis e normas infralegais em matéria previdenciária e processual civil, no que se relaciona aos conceitos e à abrangência dos benefícios previdenciários por incapacidade e perícias médicas	152
4.1.2 A especialização em medicina legal e perícias médicas ou em medicina do trabalho como facilitadoras do exercício da atividade de perito judicial.....	152

4.1.3	A especialização do médico em sua área clínica como qualificação suficiente para o bom exercício da atividade de perito médico judicial.....	153
4.1.4	A substituição da especialização em medicina legal e perícias médicas ou medicina do trabalho por cursos de extensão em perícia médica como forma de gerar, satisfatoriamente, requisito para o bom exercício da atividade de perito judicial.....	155
4.1.5	O CNJ ou os Tribunais deveriam investir mais em cursos de aperfeiçoamento/atualização de peritos médicos em matérias de direito previdenciário ou da seguridade social.	157
4.1.6	Manuais de perícia médica podem auxiliar o perito médico em relação aos procedimentos adequados à ciência pericial	159
4.1.7	A credibilidade valorativa de documentos médicos (atestados, exames, prontuários e receitas) do SUS e das entidades particulares.....	161
4.1.8	A (in)coerência da fixação da data do início da incapacidade na data da perícia médica presencial mesmo quando existem documentos médicos juntados aos autos que remetam a uma provável e estimada data pretérita.....	163
4.1.9	O conceito de incapacidadlaboral para fins previdenciários inerente à ciência médica e jurídica	165
4.1.10	Atribuição do médico ou do juiz para a fixação da data do início da incapacidade laborativa (DII) e da data de início do benefício (DIB).....	167
4.1.11	Juízo de certeza ou de probabilidade na fixação da data do início da incapacidade laborativa.....	172
4.1.12	Método mais adequado para fixação da data do início da incapacidade laborativa pretérita	175
4.2	Análise de quesitos não constantes do Quadro 2	177
4.2.1	A responsabilidade do próprio segurado na continuidade do afastamento laboral por motivo de doença incapacitante	177
4.2.2	“Perito de confiança do juízo” como fundamento suficiente para afastamento de impugnações de laudos periciais.....	179
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS.....	189
	Apêndice I – ENTREVISTA COM OS MÉDICOS PERITOS	205
	Apêndice II – ENTREVISTA COM OS JUÍZES FEDERAIS	207